

**INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º  
04/LICITAÇÃO/2016 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO  
DE FORTUNA DE MINAS E A EMPRESA PILARMED EIRELI  
- EPP.**

“O Contrato Administrativo se identifica como um acordo de vontades entre um órgão da Administração Pública e um particular, que produz direitos e obrigações para ao menos uma das partes. Os contratos administrativos envolvem ajustes de vontade. Deles deriva uma auto-regulamentação da conduta das partes. Mas a pontos de distinção extremamente relevantes entre o contrato (tal como conhecido no direito privado) e o chamado “contrato administrativo”. A Administração Pública não pode ser atada e tolhida na consecução do interesse público. O regime de direito público impõe a supremacia e a indisponibilidade do interesse público.”<sup>1</sup>

O **MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público, situada na Avenida Renato Azeredo n.º 210, centro, Inscrição Estadual Isenta, CNPJ n.º. 18.116.145/0001-18, Inscrição Estadual Isento, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, João Evangelista de Abreu Pontes, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no município de Fortuna de Minas, Estado de Minas Gerais, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **PILARMED EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n.º. 20.421.441/0001-74, com sede e administração na Rua Alvares Maciel, n.º 362, Sala 804, Bairro Santa Efigênia, CEP: 30.150-250, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aqui representada pelo **Sr. Carlos Bruno Araujo Silva**, brasileiro, solteiro, CPF n.º 081.306.036-24, RG MG12557189, residente e domiciliado no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente instrumento de contrato para fornecimento do objeto licitado, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, proposta comercial oriunda do processo licitatório n.º 037/2015, modalidade Pregão Presencial 13/2015e pelas condições que estipulam a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:** Este Instrumento de Contrato tem como origem o processo licitatório n.º 037/2015, modalidade Pregão Presencial 13/2015, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando a ***Aquisição de materiais a serem utilizados pela equipe de Atenção Básica do Município de Fortuna de Minas, para realização de atividades de práticas corporais, atividades física, alimentação saudável e outras ações educativas e prevenção à saúde realizadas no Polo da Academia da Saúde.***

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Integram e completam o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do instrumento convocatório do Pregão Presencial 13/2015, bem como a proposta da CONTRATADA, Anexos e pareceres que formam o processo licitatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Pela execução dos serviços, a **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, o valor de R\$ 4.473,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e três reais), conforme planilha anexa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal, devendo o licitante proponente proceder à entrega da nota fiscal na Secretaria requisitante, juntamente com a documentação solicitada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de ocorrência de inadimplência por parte da prefeitura no cumprimento de sua obrigação, os valores expressos nas medições serão corrigidos monetariamente até o dia do efetivo pagamento, processando-se o

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*, 5 ed.. São Paulo: Dialética, 1998. P. 467

calculado "Pro rata die", tendo como base a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos à execução dos serviços, ainda que a requerimento do interessado.

PARÁGRAFO QUARTO É permitido o reequilíbrio econômico financeiro do presente instrumento de contrato pertinente ao processo licitatório descrito no preâmbulo, nos termos e condições da legislação aplicada ao caso, sempre que houver concordância da Administração Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO: O prazo máximo para entrega dos produtos tendo como objeto ***Aquisição de materiais a serem utilizados pela equipe de Atenção Básica do Município de Fortuna de Minas, para realização de atividades de práticas corporais, atividades física, alimentação saudável e outras ações educativas e prevenção à saúde realizadas no Polo da Academia da Saúde,*** objeto aqui licitado, será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do presente instrumento contratual, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade, formalizando a prorrogação através de termo aditivo. Os produtos deverão ser fornecidos até 20 (vinte) dias após as requisições da Secretaria Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: - Qualquer atraso no cumprimento do prazo estabelecido no parágrafo anterior, somente será justificado, e não será considerado como inadimplemento contratual, se provocado por atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à *CONTRATADA* e devidamente aceitos pela *CONTRATANTE*.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das compras dos materiais, objeto do presente Instrumento de Contrato, correrão por conta da dotação orçamentária 02.06.03.10.301.0027.1028.4.4.90.52.00 -Ficha 331.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE: Caberá à *CONTRATANTE* efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda deste Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: A *CONTRATADA* obriga-se a executar o objeto do presente Instrumento de Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório, modalidade Pregão Presencial 13/2015, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da *CONTRATANTE*, passa a fazer parte integrante do presente Instrumento de Contrato, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A *CONTRATADA* obriga-se a manter, durante a vigência do presente Instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, modalidade Pregão Presencial 13/2015, devendo comunicar à *CONTRATANTE*, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É ainda obrigação da *CONTRATADA*.

- 1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas;
- 2 Reparar, corrigir, remover, ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do execução;

- 3 Participar à fiscalização ou supervisão da Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do objeto deste contrato, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação;
- 4 Responder por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 5 Responder por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES: Em caso de inadimplência contratual e o não execução do objeto contratado nos prazos fixados, sujeitará a *CONTRATADA* à aplicação de multas e sanções de acordo com o abaixo estabelecido:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor deste Instrumento de Contrato, devidamente atualizado conforme disposto em lei;

c) Suspensão temporária de participação em licitação junto a Prefeitura Municipal de Fortuna de Minas, pelo prazo de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e sua alteração posterior;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções previstas nas alíneas a” e “c” , poderão ser aplicados juntamente com a alínea “b” e alínea “d” pelo Município de Fortuna de Minas, facultando a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade cujo prazo de defesa é de 15 (quinze)dias, da abertura da vista, conforme o estabelecimento no parágrafo 3º do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e sua alteração posterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A *CONTRATANTE* para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela *CONTRATADA*, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO: O presente Instrumento de Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal n.º. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e ainda:

a) Não observar o nível de qualidade proposto para execução dos serviços, objeto deste instrumento;

CLÁUSULA NONA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS: A troca eventual de documentos e cartas entre a *CONTRATANTE* e a *CONTRATADA*, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de execução de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÃO: A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Instrumento de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O presente Instrumento de Contrato, rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal n º

8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, complementadas suas cláusulas pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA: O presente Instrumento de Contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS: Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO JUDICIAL: As partes contratantes elegem, para solução judicial de quaisquer questões oriundas do presente Instrumento de Contrato, o foro da Comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, renunciando a qualquer outros por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas e concordes, firmam as partes o presente Instrumento de Contrato, computadorizado em duas vias, de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direitos.

Fortuna de Minas, 27 de janeiro de 2016.

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS**

João Evangelista de Abreu Pontes

Prefeito Municipal

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

**PILARMED EIRELI - EPP**

Representante Legal

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

**CPF:**

\_\_\_\_\_  
**CPF:**